

idp

idp

MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA

**RELAÇÃO ENTRE OS PROJETOS DE LEI APROVADOS PELO
CONGRESSO NACIONAL E OS INDICADORES ECONÔMICOS
E SOCIAIS**

LUCAS GONÇALO MATEUS

Brasília-DF, 2024

LUCAS GONÇALO MATEUS

**RELAÇÃO ENTRE OS PROJETOS DE LEI APROVADOS
PELO CONGRESSO NACIONAL E OS INDICADORES
ECONÔMICOS E SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Jose Luiz Rossi Junior

Brasília-DF 2024

LUCAS GONÇALO MATEUS

RELAÇÃO ENTRE OS PROJETOS DE LEI APROVADOS PELO CONGRESSO NACIONAL E OS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 16 / 07 / 2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jose Luiz Rossi Junior - Orientador

Prof. Dr. Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

Profa. Dra. Marina Delmondes de Carvalho Rossi (UnB)

M425r Mateus, Lucas Gonçalo
Relação entre os projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional e os indicadores econômicos e sociais / Lucas Gonçalo Mateus. – Brasília: IDP, 2024.

44 p.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Curso de Mestrado em Economia, Brasília, 2024.

Orientador: Prof Dr. Jose Luiz Rossi Junior.

1. Projetos de Lei. 2. Indicadores Econômicos. 3. Modelo ARDL. I. Título.

CDD: 330

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

RESUMO

O presente trabalho busca avaliar de que forma os indicadores econômicos e sociais se relacionam com número de projetos de leis aprovados pelo Congresso Nacional. Para medir a referida relação foram utilizadas séries históricas dos indicadores econômicos e sociais e o número de projetos de lei aprovados que guardam relação com as áreas econômica, social, política e orçamentária, com dados de 1995 a 2015. O método escolhido para calcular a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes foi o modelo Autorregressivo com Defasagens Distribuídas ARDL de Pesaran. Os resultados obtidos na análise dos projetos de lei da área de econômica mostram-se estatisticamente significativos.

Palavras chave: Projetos de Lei; Indicadores Econômicos; Eficiência do Congresso; Modelo ARDL.

ABSTRACT

The present work seeks to evaluate how economic and social indicators relate to the number of bills approved by the National Congress. To measure this relationship, historical series of economic and social indicators and the number of approved bills that are related to the economic, social, political and budgetary areas were used, with data from 1995 to 2015. The method chosen to calculate the relationship between the dependent variable and independent variables were Pesaran's Autoregressive model with Distributed Lags ARDL. The results obtained in the analysis of bills in the economic area appear to be statistically significant.

Keywords: Bills; Economic Indicators; Congressional Efficiency; ARDL Model.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADF	Dickey-Fuller Augmented
AIC	Akaike information criterion
ARDL	Autoregressive Distributed Lag (modelo autorregressivo com defasagens distribuídas)
BACEN	Banco Central do Brasil
BIC	Bayesian information criterion
HQ	Hannan-Quinn information criterion
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDP	Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa
INPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
NPA	Número de Projetos Aprovados
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
TDD	Taxa de Desemprego

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Dados de Projetos de Leis

.....**23**

Tabela 2

Dados dos Indicadores

.....**24**

Tabela 3

Resultado Modelo NPE

.....**28**

Tabela 4

Resultado Modelo NPS

.....**30**

Tabela 5

Resultado Modelo NPP

.....**31**

Tabela 6

Resultado Modelo NPO

.....**32**

Tabela 7

Resultado Modelo UECM

.....**33**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

2. REVISÃO LITERÁRIA 15

3. DADOS23

4. METODOLOGIA..... 28

5. CONCLUSÃO37

REFERÊNCIAS 41



1

INTRODUÇÃO

O Congresso Nacional desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Brasil, sendo legalmente responsável pela criação e aprovação de novas leis. No contexto das democracias representativas, a formulação e aprovação de projetos de lei são processos complexos que refletem uma série de fatores, incluindo as condições econômicas vigentes. Compreender quais fatores afetam a agenda legislativa não é uma tarefa simples, visto que não apenas condições técnicas afetam a demanda pelas novas legislações, mas também outros fatores como a política e as demandas individuais dos tomadores de decisão.

O entendimento sobre como as condições sociais e econômicas do país afetam a demanda por novas legislações pode contribuir para a análise do comportamento do Congresso Nacional. Ao estudarmos os padrões de comportamento da atividade legislativa, poderemos colocar em evidência a eficiência do Poder Legislativo, encarregado pela Constituição Federal de 1988, de entregar a sociedade brasileira legislações que contribuam para o desenvolvimento da nação. E não só, o estudo também poderá ser utilizado como base de previsão para diversas áreas de estudo como a ciência política, econômica e social.

Este estudo investiga como as condições sociais e econômicas do Brasil afetam a formulação e aprovação de projetos de lei no Congresso Nacional. O problema de pesquisa se concentra em identificar os fatores que mais influenciam a agenda legislativa, com especial atenção aos indicadores econômicos e sociais.

Para investigar as hipóteses que guardam relação com a dinâmica do trabalho legislativo do ponto de vista social e econômico, esta tese utiliza uma abordagem quantitativa baseada em séries temporais. Os indicadores econômicos selecionados para o estudo são o Produto Interno Bruto - PIB, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a taxa de desemprego, a taxa SELIC e o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Estes indicadores foram escolhidos devido à sua relevância e influência comprovada sobre a economia brasileira e as amostras de dados foram fornecidas pelo Banco de Dados Legislativos do CEBRAP¹, pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística – IBGE^[2], pelo Banco Central do Brasil^[3] e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD^[4].

Além disso, o número de projetos de leis aprovados pelo Congresso Nacional que se relacionam diretamente com as áreas econômicas, sociais, políticas e orçamentárias serão utilizados como as variáveis dependentes.

A análise dessa relação será realizada utilizando o modelo Autorregressivo com Defasagens Distribuídas (ARDL) de Pesaran^[5], um método econométrico que permite avaliar a existência de cointegração entre as séries temporais, mesmo quando estas são integradas de diferentes ordens. O ARDL é particularmente adequado para esta análise, pois permite testar a existência de uma relação de longo prazo entre as variáveis e fornece estimativas robustas mesmo em amostras relativamente pequenas.

O período analisado nesta pesquisa compreende os anos de 1995 a 2015, um intervalo de tempo significativo que engloba diversas fases da economia brasileira, incluindo períodos de estabilidade e de crise. A escolha desse período permite uma análise abrangente das dinâmicas econômicas e políticas que influenciaram a aprovação de leis econômicas no Brasil.

A estrutura da presente dissertação contém uma revisão da literatura existente sobre a produção legislativa no Brasil e sobre o uso de indicadores em políticas públicas, destacando os principais achados e lacunas. Após a revisão da literatura, é feita a apresentação dos dados utilizados no modelo, com uma análise inferencial do comportamento das variáveis. Depois de apresentados os dados, passamos a executar a metodologia, na qual aplicamos o modelo ARDL aos projetos de leis aprovados e, em seguida, apresentamos os resultados obtidos. Por fim, apresentamos uma conclusão dos achados, discutindo sobre as limitações do estudo e sugerindo direções para futuras pesquisas.

O objetivo principal desta pesquisa é contribuir para a compreensão de como as condições econômicas e sociais influenciam a atividade legislativa no Brasil, fornecendo insights que podem ser úteis tanto para economistas quanto para formuladores de políticas. Ao esclarecer esta relação, espera-se que esta tese possa ajudar a melhorar a eficiência e a eficácia das políticas econômicas e sociais aprovadas pelo Congresso Nacional.

Dentro do objetivo proposto na presente dissertação também está à avaliação da eficiência da atividade legislativa no Brasil. O orçamento de 2024 destinado ao custeio da Câmara dos Deputados é de R\$ 8,03 bilhões^[6] e o orçamento de 2024 destinado ao custeio do Senado Federal é de R\$ 5,9 bilhões^[7]. Esses montantes vultosos destinados ao custeio da atividade legislativa são para garantir que os parlamentares brasileiros tenham o maior número de recursos possíveis, a fim de que devolvam a sociedade, legislações que contribuam com o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, fica claro que a sociedade brasileira precisa ter meios de avaliar, se os gastos dos recursos públicos estão sendo empregados de forma eficiente.

Os achados do presente estudo foram estatisticamente significantes na análise dos projetos aprovados na área econômica, mas não apresentaram resultados significantes para os demais temas avaliados.



?

2

REVISÃO LITERÁRIA

A avaliação do objeto base da formulação de novas políticas públicas é fator chave para condução do presente estudo, pois para medir a relação entre duas variáveis é necessário demonstrar como as variáveis estão interligadas.

Dito isso, a seguir veremos estudos que guardam relação com a atividade legislativa e os indicadores econômicos e sociais. O esforço empregado na revisão literária servirá para agregar qualidade aos resultados apresentados no presente estudo e estão dispostos em ordem crescente do ano de publicação.

O primeiro estudo que revisaremos é a teoria proposta pelos estudiosos Roubini e Sachs (1989)^[8] sugere que indicadores podem influenciar a demanda por novas políticas públicas. Utilizando dados da OCDE, o estudo indicou que períodos de crescimento econômico, medidos pelo aumento do PIB, estão frequentemente associados a um maior número de projetos de lei aprovados, pois o crescimento pode gerar novas demandas regulatórias e sociais.

O estudo proposto por Alesina e Perotti (1996)^[9] avaliou indicadores econômicos de uma amostra de 71 países durante o período de 1960 à 1985.

O estudo examinou como a distribuição de renda afeta a instabilidade política, que por sua vez influencia os níveis de investimento em um país. Quando a distribuição de renda é altamente desigual, isso pode levar à agitação social e à instabilidade política, pois as pessoas exigem políticas econômicas mais justas e melhor governança. A instabilidade política geralmente resulta em uma maior demanda por novas políticas públicas ou leis que visem reduzir a desigualdade e melhorar o bem-estar social.

Como resultado, o estudo sugere que a demanda por novas políticas públicas ou leis é muitas vezes impulsionada pela necessidade de criar uma sociedade mais estável e equitativa, que possa promover um melhor clima de investimento e desenvolvimento econômico geral.

O estudo proposto por Pereira e Mueller (2000)^[10] examinou a dinâmica de poder entre os poderes Executivo e Legislativo no Brasil. O estudo se concentra no papel das comissões legislativas em influenciar os processos de tomada de decisão, utilizando análise de regressão para entender como a autoridade do Executivo afeta as operações das comissões.

Os achados do estudo destacam como a autoridade do Executivo influencia significativamente as operações e a eficácia das comissões no Legislativo. Também revela um claro impacto do domínio do Executivo na forma como as comissões funcionam no processo legislativo.

O estudo proposto por Amorim Neto e Santos (2003)^[11], avalia projetos legislativos propostos por deputados brasileiros, categorizando-os em diferentes assuntos, como econômicos, sociais, administrativos e outros.

Utilizando um modelo binomial negativo, o estudo aponta que metade das leis aprovadas durante o período de 1985 a 1999 abordam questões sociais, o que ressalta a ênfase dos deputados nos indicadores sociais.

Os projetos econômicos também formam uma parte notável das propostas legislativas, embora sejam menos frequentes em comparação aos projetos sociais, refletindo também a atenção dos deputados aos indicadores econômicos.

O estudo proposto por Ricci (2003)^[12] analisou o conteúdo das leis aprovadas pelo Congresso brasileiro para determinar se essas leis estão mais focadas em interesses nacionais ou em interesses locais e paroquiais que visam beneficiar regiões ou grupos específicos para obter ganhos eleitorais.

O estudo avaliou a abordagem política do “barril de porco”, que envolve legisladores pressionando por projetos que beneficiem seus próprios distritos para obter apoio dos eleitores, verificou se essa prática é a predominante na produção legislativa do Brasil e investigou os fatores que influenciam o sucesso ou o fracasso das propostas legislativas, com foco nas variáveis políticas, processuais e relacionadas à carreira dos legisladores.

O estudo constatou que os projetos de lei do tipo “barril de porco” são quantitativamente insignificantes no Brasil, indicando que os legisladores não se concentram principalmente em tais projetos. Foi observado que os membros do Congresso Brasileiro gastam maior tempo em interesses mais amplos que beneficiam grupos maiores, em vez de se concentrarem em interesses locais e restritos.

Outro estudo proposto por Ricci (2004)^[13] analisou a produção legislativa e as preferências eleitorais dentro da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.

Dados sobre propostas legislativas e comportamento de voto dos deputados na comissão foram usados no estudo. O método estatístico de Regressão Logística Multinomial foi aplicado para entender como as atividades legislativas se relacionam com o comportamento eleitoral dos deputados.

Os resultados indicam uma conexão entre as ações legislativas dos deputados e seu apoio eleitoral, especialmente quando suas propostas se alinham aos interesses do setor rural. Deputados que defendem iniciativas favorecidas pela comunidade rural tendem a receber mais apoio eleitoral com base nas conclusões do estudo.

O estudo proposto por Pereira e Mueller (2004)^[14] mostrou que no processo orçamentário do Brasil, as emendas dos legisladores ao orçamento fornecem um meio de baixo custo para o Poder Executivo garantir apoio no parlamento.

O estudo explicou que o presidente brasileiro utiliza estrategicamente as emendas para recompensar ou punir legisladores com base em sua posição no Congresso, influenciando suas decisões em questões relacionadas ao orçamento.

O estudo proposto por Guimarães (2005)^[15] avaliou a utilização do IDH na formulação de políticas públicas.

Apesar de fazer críticas ao indicador, o estudo conclui que o IDH é amplamente utilizado no processo de tomada de decisão para novas políticas públicas e pode ser usado como base para a criação de leis, contudo é necessário utilizar indicadores complementares, pois devido à diversidade de regiões, a medida pode não refletir a realidade de alguns municípios.

O estudo proposto por Limongi (2005)^[16] explicou que as emendas individuais têm um impacto significativo no comportamento legislativo durante o processo orçamentário e influenciam o apoio ao poder executivo.

O estudo utiliza um conjunto de dados de emendas individuais propostas pelos legisladores e aplicou um modelo de regressão para avaliar seus efeitos no comportamento legislativo e nos resultados dos programas governamentais.

Os resultados da pesquisa indicam uma correlação positiva entre emendas individuais, comportamento legislativo e apoio ao executivo.

O estudo proposto por Faria (2005)^[17] discutiu os problemas no arcabouço legislativo brasileiro que afetam o desempenho da política.

Ele destaca que questões como o presidencialismo, o sistema multipartidário, a indisciplina partidária e o federalismo afetam o apoio legislativo. O estudo usa dados empíricos primários e secundários para analisar desafios legislativos, como o uso excessivo de medidas provisórias, excesso de órgãos legislativos, sobrecarga de propostas e distorção de papéis.

Conclui que as instituições brasileiras priorizam o interesse próprio, levando a ineficiências no trabalho legislativo e prejudicando os resultados das políticas.

O estudo proposto por Cheibub (2009)^[18] investiga a influência de partidos políticos e governadores no comportamento legislativo na Câmara dos Deputados de 1988 a 2006.

O estudo usa dados sobre ações legislativas, filiações partidárias e governadores durante o período especificado, analisando-os com métodos estatísticos, como regressões múltiplas.

Os resultados indicam um impacto significativo dos partidos políticos e dos governadores no comportamento legislativo, mostrando como governadores e deputados, do mesmo partido, podem afetar positivamente o apoio à legislação. Os resultados também destacam a importância da coesão partidária nos processos de tomada de decisão legislativa, enfatizando como os atores políticos interagem e influenciam os resultados no cenário político brasileiro.

O estudo proposto Gomes (2009)^[19] analisou a tramitação dos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados entre 1999 e 2006 e também incluiu um subgrupo de PL relacionados à saúde, apresentados no mesmo período.

Os resultados mostram que foram apresentados 15.246 PL na Câmara dos Deputados de 1999 a 2006, padrão temporal similar à legislaturas anteriores. 2,8% dos projetos foram convertidos em lei e 74,8% foram arquivados. Fato observado também foi que 96,7% dos projetos eram de autoria do Legislativo, 2,7%, do Executivo e 0,6% de outros órgãos. Outro achado foi que dos 428 projetos convertidos em lei, 53,5% eram de autoria do Legislativo e 38% do Executivo, considerando os PL convertidos em lei, os do Executivo tramitaram com tempo médio 2,6 vezes mais curto que o da Câmara dos Deputados.

O estudo proposto por Woo (2011)^[20] investigou a relação entre políticas macroeconômicas distorcionárias e instituições fracas, com foco em fatores como alta inflação, grandes déficits orçamentários, taxas de câmbio desalinhadas e volatilidade macroeconômica como reflexos das fraquezas institucionais.

Foram utilizados dados de Banks, Polity IV e do Banco de Dados de Instituições Políticas para o período 1960-2000, com um período de referência de 1970-2000 para a maioria dos resultados. O método Ordinary Least Squares (OLS) foi predominantemente empregado para análise de regressão. O estudo analisou vários países do Leste Asiático e da América Latina, mostrando métricas como volatilidade fiscal, volatilidade tributária, ciclicidade fiscal e desigualdade de renda.

Os resultados indicaram diferenças nesses fatores entre os países estudados, destacando níveis variados de estabilidade econômica e eficácia política. As principais conclusões do estudo indicam uma ligação negativa entre desigualdade e crescimento econômico por meio da volatilidade da política fiscal, oferecendo uma nova perspectiva sobre o impacto da distribuição de renda no crescimento de longo prazo.

O estudo proposto por Aisen (2013)^[21] observou como a instabilidade política afeta o crescimento econômico, por meio da análise dos dados de 169 países entre 1960 e 2004.

O estudo utilizou o estimador System-GMM para modelos de dados em painel dinâmico linear e identificou que a instabilidade política está ligada a menores taxas de crescimento do PIB per capita. Também constatou que o crescimento da produtividade diminuiu devido à instabilidade política.

O estudo proposto por Rodrigues (2017)^[22] analisou o comportamento quantitativo da produção legislativa para entender padrões e tendências na legislação.

Utilizando regressões o estudo apontou uma correlação positiva entre os períodos eleitorais e a produção legislativa, sugerindo que mais leis são normalmente produzidas durante os anos eleitorais. Também observou que as ideologias partidárias têm um impacto significativo na produtividade legislativa, com diferenças nas ideologias levando a níveis variados de atividades legislativas em diferentes partidos políticos.

A análise de regressão realizada no estudo revelou ainda que há relação estatisticamente significativa entre períodos eleitorais, ideologias partidárias e produção legislativa. Os resultados da pesquisa destacaram também a intrincada interação entre fatores políticos e desempenho legislativo, enfatizando a importância de considerar os ciclos eleitorais e as ideologias partidárias na compreensão e previsão da produtividade legislativa.

O estudo proposto por Vieira e Batista (2018)^[23] explorou quais são os temas que compõem a agenda legislativa dos partidos políticos brasileiros. Dentro da amostra avaliada, foi observado que os temas envolvendo a Administração Pública, Crimes, Trabalho e Finanças tiveram uma maior frequência, e os partidos que tem o maior número de membros na Câmara dos Deputados foram os maiores responsáveis pela apresentação dos projetos.

O estudo proposto por Meneguim, Ferreira, Bugarin (2018)^[24] avaliou o Poder Legislativo em outros níveis de governo, colocando ênfase sobre a eficiência legislativa no Brasil.

O estudo buscou entender por que as assembleias legislativas estaduais muitas vezes são ineficientes na criação de leis que beneficiam a sociedade como um todo, com foco nos incentivos que impulsionam os deputados estaduais e distritais quando eles propõem novas leis.

O estudo constatou que o atual desenho institucional das assembleias legislativas estaduais cria incentivos para que os deputados proponham leis que beneficiem grupos de interesse específicos e não a sociedade como um todo, levando a leis particularistas.

Baseado em diferentes fontes de dados, o estudo concluiu que a maior parte das leis propostas pelos deputados são de cunho populista porque não há limites institucionais efetivos ou custos associados a essas ações. Nesse sentido, o estudo ainda aponta que 78% das leis aprovadas pelas Assembleias Legislativas são posteriormente julgadas inconstitucionais, revelando uma grande ineficiência e um desperdício do orçamento público.

Como visto, a literatura revela que as condições econômicas de um país influenciam significativamente a atividade legislativa. Indicadores econômicos não apenas refletem o estado da economia, mas também direcionam a agenda legislativa em resposta às necessidades emergentes da população.

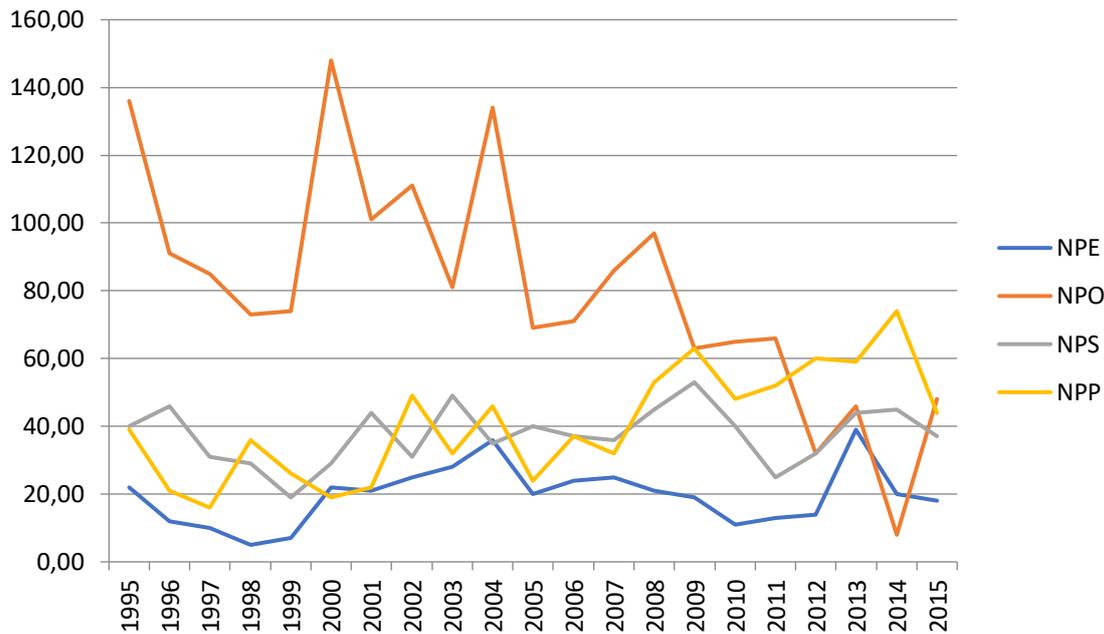
A revisão da literatura revela uma interação complexa entre fatores econômicos, políticos e sociais na formulação de novas políticas públicas. A aprovação de projetos de lei é um processo multifacetado, influenciado por uma ampla gama de variáveis que interagem de maneiras diversas. Compreender essas dinâmicas é fundamental para avaliar como as condições econômicas influenciam a atividade legislativa.

No próximo capítulo, descreveremos as especificações das variáveis e os dados históricos coletados de 1995 a 2015. A análise econométrica aplicada visa esclarecer como cada indicador econômico influencia o número de projetos de lei aprovados, fornecendo observações sobre a interação entre a sociedade, a economia e a legislação no Brasil.



A seguir abordaremos a amostra dos dados utilizados na dissertação e apresentaremos inferências a partir dos valores.

Tabela 1 – Dados de Projetos de Leis



Fonte: Dados do Banco de Dados Legislativos do CEBRAP

Conforme podemos observar, a Tabela 1 apresenta os dados da quantidade de projetos de lei aprovados no Congresso Nacional entre os anos de 1995 e 2015. Os projetos aprovados estão separados por áreas temáticas sendo elas, os projetos de lei relacionados à área de economia (NPE), social (NPS), política (NPP), e à área orçamentária (NPO).

O CEBRAP utiliza uma equipe multidisciplinar de pesquisadores para categorizar a área temática dos projetos de lei.

Os projetos de lei da área de economia estão relacionados a investimentos, financiamentos, políticas de crescimento econômico setoriais, alíquotas de impostos e incentivos fiscais.

Os projetos de lei da área social tratam de legislações aprovadas em benefícios de grupos sociais vulneráveis.

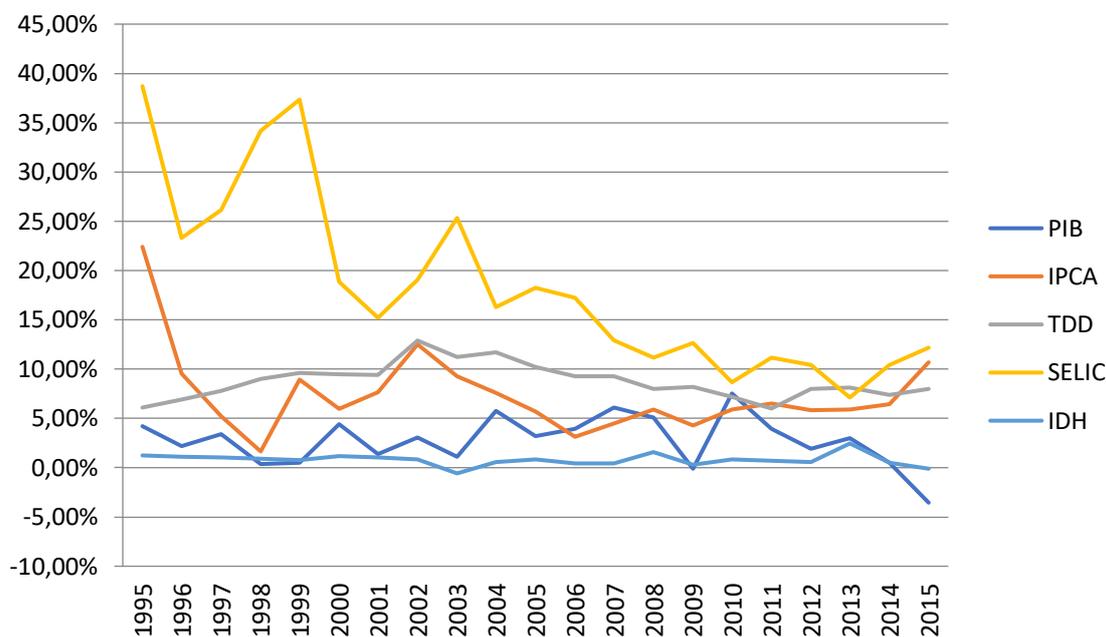
Os projetos de lei da área política tratam de leis de cunho eleitoral, disposição de estruturas institucionais, nomes de obras e outros projetos de conteúdo semelhante.

Os projetos de lei da área orçamentária estão relacionados à aprovação do orçamento público, além de projetos que tratam de aumento de cargos e salários públicos.

É possível observar que o número de projetos de lei orçamentários tem um destaque maior em relação às outras áreas temáticas, podendo sugerir que o Congresso Nacional emprega um esforço maior na aprovação de contas públicas.

Outro ponto que parece estar evidenciado no gráfico é uma relação inversa entre o volume de projetos de orçamentários e projetos de outras áreas, isso pode sugerir que quando a atividade legislativa relacionada à área orçamentária diminui, sobra espaço para discussão de outras legislações.

Tabela 2 – Dados dos Indicadores



Fonte: Dados do IBGE, BACEN e PNUD.

Na Tabela 2 estão contidos os dados que serão usados como variáveis explicativas. Os dados estão dispostos em formato de porcentagem, conforme fornecidos pelas instituições responsáveis.

Para entendermos melhor a escolha dos indicadores que compõem o estudo, apresentaremos a seguir as definições trazidas pelo instituto de pesquisa oficial do Brasil, o já citado IBGE, vejamos:

O Produto Interno Bruto - PIB é um dos principais indicadores econômicos utilizados para medir a atividade econômica de um país. Ele representa o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos em uma economia em um determinado período. O PIB é um indicador crucial para avaliar o crescimento econômico e comparar a prosperidade entre diferentes países^[25].

Aplicaremos ao modelo os valores da taxa de crescimento do PIB.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA é o índice oficial de inflação do Brasil. Ele mede a variação dos preços de um conjunto de bens e serviços consumidos pelas famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos. O IPCA é utilizado pelo Banco Central do Brasil para definir a meta de inflação e orientar a política monetária, especialmente a taxa de juros. A variação do IPCA reflete o aumento ou a diminuição do custo de vida para a população, sendo um indicador importante para o planejamento econômico tanto do governo quanto do setor privado^[26].

Aplicaremos ao modelo os valores das taxas do IPCA acumuladas no ano.

A Taxa de Desemprego é um indicador que mede a porcentagem da população economicamente ativa (PEA) que está sem trabalho, mas que está à procura de emprego e disponível para trabalhar. A taxa de desemprego é um importante termômetro da saúde econômica de um país, já que altas taxas de desemprego indicam problemas econômicos e sociais, como baixa atividade econômica, diminuição do poder de compra das famílias e aumento da desigualdade social^[27].

Aplicaremos ao modelo os valores das taxas de desempregos anuais.

O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC é a taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária - Copom do Banco Central do Brasil. Ela é utilizada como referência para as demais taxas de juros da economia, influenciando

diretamente o custo do crédito e o rendimento das aplicações financeiras. A SELIC é um instrumento de política monetária usada para controlar a inflação, ao aumentar a taxa, o Banco Central busca reduzir o consumo e o investimento, diminuindo a pressão sobre os preços; ao diminuir a taxa, incentiva o consumo e o investimento, estimulando o crescimento econômico^[28].

Aplicaremos ao modelo os valores da taxa Selic acumulado no ano.

Por fim, também utilizaremos um indicador que, apesar de não ser medido por institutos oficiais brasileiros, é amplamente utilizado por diversos países na análise do desenvolvimento econômico e social.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é um indicador criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que avalia a qualidade de vida e o desenvolvimento humano de um país. Ele leva em consideração três dimensões principais, a longevidade, a educação e a renda. O IDH é amplamente utilizado para comparar o bem-estar entre diferentes países e para identificar áreas que necessitam de melhorias nas políticas públicas^[29].

Aplicaremos ao modelo o valor do crescimento anual do IDH em porcentagem.



4

4

METODOLOGIA

Neste ponto, passaremos a executar o modelo ARDL para calcular o objetivo proposto na presente dissertação, ou seja, a relação entre os projetos de leis aprovados pelo Congresso Nacional e os indicadores econômicos e sociais utilizados no Brasil.

Para verificar a estacionariedade de todas às séries históricas utilizamos o método ADF, esse é um dos métodos aceitos pela econometria, conforme ensinado por Maddala (1992)^[30].

O resultado do teste constatou que todas as variáveis utilizadas na série são integradas de primeira ordem.

Para escolha do melhor modelo foram utilizados os critérios AIC e BIC^[31]. Ambos os critérios apresentaram resultados semelhantes para todos os modelos. Dentro desses mesmos critérios o número de defasagens definidos para os modelos foram duas, um número maior de defasagens fazia com que o modelo apresentasse erro nos resultados.

Todos os modelos foram calculados utilizando os mesmos critérios.

O modelo ótimo encontrado para verificar a relação dos projetos de lei econômicos com os indicadores foi o seguinte:

Tabela 3 – Resultado Modelo NPE					
	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)	
(Intercept)	-58,30823915	4,434987856	-13,1473278	0,048328934	*
L(NPE, 1)	-0,496341338	0,048159185	-10,3062654	0,061577413	.
L(NPE, 2)	0,193707907	0,044412038	4,361608123	0,143480108	
PIB	-78,94392104	10,7622009	-7,335295243	0,086256827	.
L(PIB, 1)	420,6599384	30,65773254	13,7211693	0,046315019	*
L(PIB, 2)	-75,35744765	14,74633611	-5,110248884	0,123022492	

IPCA	77,76350242	13,05858256	5,954972683	0,105917349	
L(IPCA, 1)	-210,4280004	18,40651377	-11,43225724	0,055544895	.
L(IPCA, 2)	278,8866631	13,27146377	21,0140093	0,03027218	*
TDD	512,2073407	35,46303863	14,44341378	0,044006595	*
L(TDD, 1)	662,3650776	31,6083739	20,95536707	0,030356767	*
L(TDD, 2)	-318,6157878	44,20362227	-7,207911284	0,08776215	.
SELIC	-270,9095007	11,83647207	-22,88768976	0,027797263	*
L(SELIC, 1)	250,9785005	15,25074687	16,45680062	0,03863679	*
L(SELIC, 2)	-152,5100237	7,267142178	-20,98624466	0,030312169	*
IDH	537,5222752	68,34101694	7,86529524	0,080508407	.
L(IDH, 1)	1214,431578	76,05098166	15,96865091	0,039814856	*
L(IDH, 2)	510,7719473	84,47069953	6,046735142	0,10433884	

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
Residual standard error: 0.7428 on 1 degrees of freedom
Multiple R-squared: 0.9996, Adjusted R-squared: 0.993
F-statistic: 151.1 on 17 and 1 DF, p-value: 0.06389

Os resultados obtidos a partir do modelo ARDL fornecem uma visão detalhada das relações de curto prazo entre os projetos de leis da área econômica aprovados e os indicadores econômicos e sociais ao longo do período de 1995 a 2015.

A relação entre o PIB e o NPE mostrou-se complexa, com coeficientes tanto positivos quanto negativos em diferentes defasagens. A defasagem atual do PIB apresentou uma relação negativa com o NPE, enquanto a primeira defasagem mostrou uma relação positiva, indicando que o impacto do PIB sobre a aprovação de leis econômicas pode variar no curto prazo.

Semelhantemente ao PIB, o IPCA também apresentou coeficientes positivos e negativos em suas defasagens. A defasagem atual teve um impacto positivo, enquanto a primeira defasagem mostrou um efeito negativo, sugerindo uma relação não linear entre a inflação e o NPE no curto prazo.

A taxa de desemprego foi consistentemente significativa, mostrando coeficientes positivos em todas as defasagens. Isso indica uma forte relação positiva entre a taxa de desemprego e a aprovação

de leis econômicas, sugerindo que aumentos na taxa de desemprego estão associados a um maior número de projetos de lei aprovados.

A taxa SELIC apresentou um impacto negativo significativo na defasagem atual e um impacto positivo na primeira defasagem. Esse padrão sugere que alterações na política monetária têm efeitos distintos ao longo do tempo sobre os projetos aprovados, com ajustes iniciais na SELIC possivelmente inibindo a aprovação de leis, seguidos por um efeito de correção positivo.

O IDH mostrou uma relação positiva significativa tanto na defasagem atual quanto na primeira defasagem, indicando que o desenvolvimento humano tem um impacto positivo sobre a aprovação de leis econômicas no curto prazo.

O modelo apresentou um R^2 ajustado elevado, indicando que explica a maior parte da variabilidade dos projetos de lei econômicos. O teste de F confirmou a significância global do modelo, reforçando sua validade.

Tabela 4 – Resultado Modelo NPS

Term	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	33,48694529	78,46120855	0,426796195	0,743193277
L(NPS, 1)	0,709930458	0,408687294	1,737099414	0,332531576
L(NPS, 2)	-0,400192273	0,54917283	-0,728718267	0,599094366
PIB	-191,3548133	106,6416936	-1,794371478	0,323676059
L(PIB, 1)	190,44471	308,822762	0,616679641	0,648207893
L(PIB, 2)	141,0439109	124,6341984	1,131663001	0,460728819
IPCA	-202,4361106	143,3531121	-1,412150093	0,39226486
L(IPCA, 1)	12,073179	166,8973334	0,072338957	0,954027668
L(IPCA, 2)	-67,55025672	140,5041618	-0,480770504	0,71470139
TDD	113,1908463	273,5694116	0,413755491	0,750248951
L(TDD, 1)	712,8464941	304,0952626	2,34415521	0,256697242
L(TDD, 2)	-624,208717	346,5916892	-1,800991589	0,322680114
SELIC	-108,33341	128,5043959	-0,843032717	0,554089061

L(SELIC, 1)	10,7797519	166,6670616	0,064678358	0,958881751
L(SELIC, 2)	44,12074941	69,97306032	0,630539085	0,641855182
IDH	-556,9148886	785,8123262	-0,708712335	0,607492545
L(IDH, 1)	-310,9241448	1034,553949	-0,300539324	0,814137894
L(IDH, 2)	39,79992281	862,0586359	0,046168464	0,9706291

Residual standard error: 5.995 on 1 degrees of freedom
 Multiple R-squared: 0.9732, Adjusted R-squared: 0.5178
 F-statistic: 2.137 on 17 and 1 DF, p-value: 0.4968

Tabela 5 – Resultado Modelo NPP

Term	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	655,300917	829,6998079	0,789804832	0,574423893
L(NPP, 1)	-1,826228069	2,649863535	-0,689178158	0,615847078
L(NPP, 2)	-2,841212759	3,029613093	-0,937813731	0,52042272
PIB	-461,1919747	745,260934	-0,618832886	0,647215727
L(PIB, 1)	-1840,711431	2741,23607	-0,67148957	0,623545014
L(PIB, 2)	-599,4130255	735,9688937	-0,814454294	0,564875094
IPCA	606,1538454	572,0510336	1,059614982	0,481578362
L(IPCA, 1)	611,6776125	659,3751621	0,927662502	0,523878601
L(IPCA, 2)	333,5644369	303,300238	1,099782971	0,46977018
TDD	-3173,944033	3721,101432	-0,852958214	0,550413416
L(TDD, 1)	-895,4937121	855,812866	-1,046366265	0,485578031
L(TDD, 2)	1190,753947	1149,93373	1,035497887	0,488898851
SELIC	-211,8346673	277,2951407	-0,763932129	0,584695867
L(SELIC, 1)	14,36293234	298,7753825	0,048072677	0,969419526
L(SELIC, 2)	-565,1494366	373,3357654	-1,513783272	0,371651258
IDH	766,8931748	2565,024711	0,298980814	0,815048269
L(IDH, 1)	-670,2465061	3837,792443	-0,174643761	0,889928446
L(IDH, 2)	-5200,842896	7674,46551	-0,677681448	0,620835945

Residual standard error: 13.26 on 1 degrees of freedom
 Multiple R-squared: 0.9638, Adjusted R-squared: 0.3477
 F-statistic: 1.564 on 17 and 1 DF, p-value: 0.565

Tabela 6 – Resultado Modelo NPO

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	-164,0165491	161,2317577	-1,017271978	0,494549365
L(NPO, 1)	0,253088694	0,565684161	0,447402829	0,732179143
L(NPO, 2)	0,279410065	0,659219694	0,423849693	0,744781728
PIB	196,6031239	555,6338435	0,353835761	0,783493329
L(PIB, 1)	973,8979023	1031,496468	0,944160191	0,51827985
L(PIB, 2)	-245,4536237	663,6740483	-0,369840623	0,774483986
IPCA	218,1262947	444,4509687	0,490776959	0,709547328
L(IPCA, 1)	207,3542136	802,7315179	0,258310791	0,839071969
L(IPCA, 2)	-32,98086225	513,3720643	-0,064243586	0,95915739
TDD	138,2096114	959,1788335	0,144091599	0,908895502
L(TDD, 1)	-164,9865455	1041,320987	-0,158439662	0,899965705
L(TDD, 2)	691,4666065	1447,676016	0,477639057	0,716322633
SELIC	-175,7226951	537,6552158	-0,326831564	0,798899712
L(SELIC, 1)	450,1174671	649,2346133	0,69330479	0,614069388
L(SELIC, 2)	-94,16192627	413,326321	-0,227814977	0,857402164
IDH	2174,230809	2658,544985	0,817827353	0,563586231
L(IDH, 1)	548,3509605	2464,66496	0,222484991	0,860631623
L(IDH, 2)	3914,051633	3012,77704	1,299150777	0,417629861

Residual standard error: 24.11 on 1 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.9706, Adjusted R-squared: 0.4704

F-statistic: 1.94 on 17 and 1 DF, p-value: 0.5174

Após aplicação do modelo aos projetos de leis das áreas, econômicas, sociais, políticas e orçamentárias ficou constatado que o único modelo que apresentou resultados estatisticamente significativos é o modelo que trabalha com os projetos de lei da área econômica, conforme observado na Tabela 3.

Nesse mesmo sentido, ficou evidenciado que todas as variáveis mostram-se significativamente relevantes para o modelo. Dito isso, para a presente dissertação, conduziremos os próximos testes

utilizando apenas o modelo com projetos de lei da área econômica apresentado na Tabela 3.

A seguir, passamos a verificação de cointegração entre as variáveis, utilizando os resíduos obtidos no modelo econômico.

Os testes de fronteira de F e $t^{[32]}$ para cointegração sugeriram a existência de uma relação de longo prazo entre o NPE e as variáveis explicativas.

No teste de F, o valor F foi de 158.45 ($p = 1e-06$), indicando a possibilidade de cointegração e no teste de t, o valor t foi de -19.918 ($p = 1e-06$), confirmando a cointegração entre as variáveis.

Para capturar as relações de longo prazo entre as variáveis, foi estimado um modelo de correção de erros – UECM^[33]. Este modelo é essencial para entender como as variáveis ajustam-se ao longo do tempo para alcançar um equilíbrio de longo prazo.

Vejamos agora os resultados obtidos ao aplicarmos vetor de correção de erros no modelo da Tabela 3.

Tabela 7 – Resultado Modelo UECM					
	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)	
(Intercept)	-58,30823915	4,434987856	-13,1473278	0,048328934	*
L(NPE, 1)	-1,302633431	0,065399748	-19,91801903	0,031935188	*
L(PIB, 1)	266,3585697	37,95432829	7,017870734	0,090107501	.
L(IPCA, 1)	146,2221652	18,73429974	7,805051012	0,081123141	.
L(TDD, 1)	855,9566306	33,6305907	25,45172752	0,024999973	*
L(SELIC, 1)	-172,441024	6,825117169	-25,26565035	0,025183902	*
L(IDH, 1)	2262,7258	178,7823264	12,65631701	0,050196272	.
d(L(NPE, 1))	-0,193707907	0,044412038	-4,361608123	0,143480108	
d(PIB)	-78,94392104	10,7622009	-7,335295243	0,086256827	.
d(L(PIB, 1))	75,35744765	14,74633611	5,110248884	0,123022492	
d(IPCA)	77,76350242	13,05858256	5,954972683	0,105917349	
d(L(IPCA, 1))	-278,8866631	13,27146377	-21,0140093	0,03027218	*

d(TDD)	512,2073407	35,46303863	14,44341378	0,044006595	*
d(L(TDD, 1))	318,6157878	44,20362227	7,207911284	0,08776215	.
d(SELIC)	-270,9095007	11,83647207	-22,88768976	0,027797263	*
d(L(SELIC, 1))	152,5100237	7,267142178	20,98624466	0,030312169	*
d(IDH)	537,5222752	68,34101694	7,86529524	0,080508407	.
d(L(IDH, 1))	-510,7719473	84,47069953	-6,046735142	0,10433884	

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 0.7428 on 1 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.9997, Adjusted R-squared: 0.9942

F-statistic: 181 on 17 and 1 DF, p-value: 0.05839

Podemos verificar nos resultados da Tabela 7 que o modelo continua apresentando resultados sólidos.

A defasagem do PIB manteve um coeficiente positivo significativo, sugerindo que o PIB tem um efeito positivo no longo prazo, reforçando a importância do crescimento econômico para a aprovação de leis.

A taxa de desemprego continuou a mostrar uma relação positiva significativa, destacando que o desemprego influencia fortemente a aprovação de leis econômicas ao longo do tempo.

A SELIC apresentou um impacto negativo significativo no longo prazo, indicando que políticas monetárias restritivas podem reduzir a aprovação de leis econômicas.

O IDH mostrou um coeficiente positivo significativo, sugerindo que melhorias no desenvolvimento humano têm um efeito positivo contínuo sobre a aprovação de leis econômicas.

O R² ajustado do modelo UECM foi elevado, demonstrando um excelente ajuste aos dados. O teste de F confirmou a significância global do modelo, indicando que as relações de longo prazo estimadas são robustas e estatisticamente significativas.

Os resultados obtidos indicam que há uma relação dinâmica e complexa entre os indicadores econômicos e sociais e a aprovação de leis econômicas no Brasil entre 1995 e 2015. As variáveis apresentam tanto efeitos de curto prazo quanto de longo prazo, destacando a importância de considerar múltiplas defasagens ao analisar a influência desses fatores sobre o processo legislativo. O modelo ARDL e o UECM

forneem uma estrutura robusta para entender essas interações, podendo ainda oferecer insights valiosos para formuladores de políticas e pesquisadores interessados na intersecção entre economia e a atividade legislativa.

Por fim, aplicamos os testes de Breusch-Godfrey e Durbin-Watson^[34] sobre os resíduos do modelo de correção de erros.

O teste de Breusch-Godfrey indicou a presença de correlação serial nos resíduos do modelo ($p = 1.307e-05$) e o teste de Durbin-Watson também confirmou a autocorrelação positiva ($p < 2.2e-16$).



5

CONCLUSÃO

Este estudo analisou a relação entre indicadores econômicos e sociais e a aprovação de projetos de lei econômicos pelo Congresso Nacional brasileiro entre 1995 e 2015. Através do modelo Autorregressivo com Defasagens Distribuídas - ARDL, foram identificados efeitos significativos de variáveis econômicas e sociais, na aprovação de legislações relacionadas à área da economia.

O coeficiente positivo e significativo do PIB sugere que o crescimento econômico tem um efeito positivo na aprovação de leis econômicas. Este achado está alinhado com os achados de Roubini e Sachs (1989) literatura que destaca o papel do crescimento econômico como facilitador de reformas políticas e econômicas, uma vez que períodos de crescimento podem proporcionar recursos adicionais e reduzir a resistência a mudanças.

O estudo também evidência a dinâmica entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, corroborando com os achados de Pereira e Mueller (2000). A partir da análise dos dados é possível observar que o Legislativo emprega a maior parte dos seus esforços na aprovação de leis de interesse do Executivo.

Com relação ao estudo proposto por Amorim Neto, Santos e Ricci (2003) que investigaram os tipos de projetos que são propostos pelos parlamentares brasileiros, observamos que de fato o número de leis sociais aprovadas superou as leis da área econômica. Contudo, observamos que o número de leis políticas aprovadas superou as leis de cunho social.

A taxa de desemprego mostrou uma relação positiva significativa com a aprovação de leis econômicas, indicando que altos níveis de desemprego podem pressionar os legisladores a adotarem medidas econômicas. Este resultado reforça a literatura que sugere que indicadores de bem-estar social, como o desemprego, são cruciais na formação de políticas públicas.

A taxa SELIC apresentou um impacto negativo significativo, sugerindo que políticas monetárias restritivas, que aumentam os

custos de empréstimos, podem diminuir a aprovação de leis econômicas. Este achado é consistente com estudos de Aisen (2013) que indicam que políticas monetárias mais rígidas podem reduzir a atividade legislativa devido à menor disponibilidade de recursos e maior cautela na implementação de novas políticas de investimento.

O IDH, representando melhorias no desenvolvimento humano, mostrou um efeito positivo significativo sobre a aprovação de leis econômicas. Isso sugere que melhores condições de vida e maiores níveis de educação e saúde incentivam a criação de políticas econômicas que sustentem e ampliem essas melhorias. Esse achado corrobora com o estudo de Guimarães (2005) que avalia a utilização do IDH como indicador na formulação de políticas públicas.

Os resultados do modelo aplicado nesta dissertação corroboram com a literatura revisada, cujas análises indicam uma relação dinâmica e complexa entre indicadores econômicos e sociais e a atividade legislativa.

Em relação à eficiência da atividade legislativa, o estudo não se mostrou conclusivo. A análise quantitativa dos projetos aprovados não é suficiente para avaliar os efeitos das propostas aprovadas pelos parlamentares. Contudo, a análise inferencial dos dados mostrou que o Congresso Nacional emprega a maior parte dos seus esforços na aprovação de matérias orçamentárias, o que diminui o espaço de resposta para outras áreas.

Os achados desta pesquisa têm implicações significativas para formuladores de políticas. A compreensão de como as variáveis econômicas e sociais influencia a atividade legislativa pode ajudar a projetar políticas mais eficazes e a antecipar as necessidades legislativas em diferentes contextos econômicos. Além disso, a identificação da importância do desenvolvimento humano na aprovação de leis econômicas sugere que investimentos em educação, saúde e bem-estar podem ter efeitos positivos de longo prazo na eficácia legislativa.

Este estudo é limitado pelo período analisado e pela disponibilidade de dados. Futuros estudos poderiam expandir este período e incluir novas variáveis para capturar mudanças recentes na economia e na política brasileira. Além disso, a aplicação de diferentes modelos econométricos poderia fornecer uma visão mais robusta das relações analisadas.

Por fim, esta dissertação contribui para a compreensão de como as condições econômicas e sociais influenciam a atividade legislativa no Brasil. Os achados fornecem insights valiosos para economistas e formuladores de políticas, destacando a necessidade de considerar múltiplos fatores ao analisar e projetar políticas econômicas e sociais.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

1. NIPE CEBRAP, Banco de Dados Legislativos do CEBRAP. <https://bancodedadoslegislativos.com.br>. Acesso em: 04 fev. 2024.
2. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - <https://www.ibge.gov.br/> . Acesso em: 04 fev. 2024.
3. BACEN, Banco Central do Brasil - <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 04 fev. 2024.
4. PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - <https://www.undp.org/pt/brazil/desenvolvimento-humano>. Acesso em: 04 fev. 2024.
5. PESARAN, M. H. and Y. Shin, 1999. An autoregressive distributed lag modelling approach to cointegration analysis. Chapter 11 in S. Strom (ed.), *Econometrics and Economic Theory in the 20th Century: The Ragnar Frisch Centennial Symposium*. Cambridge University Press, Cambridge. (Discussion Paper version.)
6. CÂMARA DOS DEPUTADOS, Orçamento Câmara dos Deputados - <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/guia-para-jornalistas/orcamento#:~:text=cidad%C3%A3o%20quiser%20acompanhar.-,Or%C3%A7amento%20da%20C%C3%A2mara,R%24%208%2C03%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: 03 mar. 2024
7. SENADO FEDERAL, Orçamento Senado Federal - <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/safin/qdd-loa-2024-2.pdf> . Acesso em: 03 mar. 2024
8. ROUBINI, Nouriel e Jeffrey D. Sachs. "Political and economic determinants of budget deficits in the industrial democracies." *European Economic Review* 33.5 (1989): 903-933.
9. ALBERTO Alesina e Roberto Perotti, Income distribution, political instability, and investment, *European Economic Review*, Volume 40, Issue 6, 1996, Pages 1203-1228, ISSN 0014-2921.

10. PEREIRA, Carlos e Bernardo Mueller. "Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 15 (2000): 45-67.
11. AMORIM Neto, Octavio e Fabiano Santos. "O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros." *Dados* 46 (2003): 661-698.
12. RICCI, Paolo. "O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais?." *Dados* 46 (2003): 699-734.
13. RICCI, Paolo e Leany Barreiro Lemos. "Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 19 (2004): 107-129.
14. PEREIRA, Carlos e Bernardo Mueller. "The cost of governing: strategic behavior of the president and legislators in Brazil's budgetary process." *Comparative Political Studies* 37.7 (2004): 781-815.
15. GUIMARÃES, José Ribeiro Soares e Paulo de Martino Jannuzzi. "IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica." *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)* 7.1 (2005): 73-90.
16. LIMONGI, Fernando e Argelina Figueiredo. "Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo." *Dados* 48 (2005): 737-776.
17. FARIA, Cristiano Ferri. *Analysis of the legislative framework in Brazilian Policymaking Process*. Diss. Dissertation submitted in partial fulfilment for the degree of MSc in Public Policy, 2005.
18. CHEIBUB, José Antonio, Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. "Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara dos deputados, 1988-2006." *Dados* 52 (2009): 263-299.
19. GOMES, Fábio de Barros Correia, e Eduardo Lopes de Carvalho. "Projetos de Lei Ordinários Apresentados na Câmara dos

- Deputados entre 1999 e 2006" E-legis, Brasília, n. 2, p. 32-44, 1º semestre 2009, ISSN 2175.0688.
20. WOO, Jaejoon. "Growth, income distribution, and fiscal policy volatility." *Journal of Development Economics* 96.2 (2011): 289-313.
21. AISEN, Ari e Francisco José Veiga. "How does political instability affect economic growth?." *European Journal of Political Economy* 29 (2013): 151-167.
22. RODRIGUES, Sónia. "Análise quantitativa da produção legislativa." *40 Anos de Políticas de Justiça em Portugal* (2017).
23. VIEIRA, Bhreno e Mariana Batista, " Sobre o que os deputados legislam? Um estudo sobre a agenda política legislativa" *Revista Eletrônica de Ciência Política*. v.9, n. 2 (2018), 29-43. ISSN: 2236-451X.
24. FERREIRA, Débora Costa, Fernando Boarato Meneguim e Maurício Soares Bugarin. "Atuação do Poder Legislativo Estadual: análise dos incentivos dos Deputados Estaduais na atividade legislativa." *REI-Revista Estudos Institucionais* 4.2 (2018): 700-724.
25. IBGE, Produto Interno Bruto – PIB - <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 03 mar. 2024.
26. IBGE, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 03 mar. 2024.
27. IBGE, Taxa de Desemprego - <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 03 mar. 2024.
28. BACEN, Taxa SELIC - <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 03 mar. 2024.
29. PNUD, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - <https://www.undp.org/pt/brazil/idh>. Acesso em: 03 mar. 2024.

30. MADDALA, Gangadharrao S. e Kajal Lahiri. Introduction to econometrics. Vol. 2. New York: Macmillan, 1992.
31. EMILIANO, Paulo César. Fundamentos e Aplicações dos Critérios de Informação: AKAIKE e BAYESIANO. 2009.
32. WOOLDRIGE, J. M. Introductory Econometrics: A Modern Approach. Editora Cengage, 2013.
33. ARDL, AutoRegressive Distributed Lag Estimation. Part 1 - Theory, disponível em <http://blog.eviews.com/2017/04/autoregressivedistributed-lag-ardl.html>
34. ARDL, AutoRegressive Distributed Lag Estimation. Part 3 - Practice, disponível em <http://blog.eviews.com/2017/05/autoregressive-distributed-lagardl.html>



idp

Bo
pro
cit
ref
Ness
são e

idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO